

RELAÇÃO CHINA – EUA À LUZ DO DESENVOLVIMENTO A CONVITE

China - USA relationship in the light of invitation development

Matheus de Freitas Cecílio
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Informações do artigo

Recebido em 9/02/2022

Aceito em 14/10/2022

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n256.p346-361>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Como ser citado (modelo ABNT)

CECÍLIO, Matheus de Freitas. Relação China – EUA à luz do desenvolvimento a convite. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 47, n. 256, p. 346-361, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n256.p346-361>

Resumo

Partindo da ideia de “desenvolvimento a convite” como um eixo explicativo para as relações econômicas estabelecidas entre os Estados Unidos e alguns seletos países no período pós-Segunda Guerra Mundial, este trabalho procura entender o caso específico da China. Tendo sido estabelecido que muitos dos convidados europeus e asiáticos estavam firmemente localizados sob o guarda-chuva geopolítico de Washington, procuramos entender o que explica a inclusão de uma potência formalmente socialista neste arranjo. Em uma seção posterior, buscamos avaliar este arranjo geoeconômico à luz dos cinquenta anos que se passaram desde então e das atuais tensões comerciais e tecnológicas entre Estados Unidos e China.

Palavras-Chave: China. Estados Unidos. Desenvolvimento a convite.

Abstract

Starting from the idea of “development by invitation” as an explanatory axis for the economic relations established between the United States and some select countries in the post-World War II period, this work seeks to understand the specific case of China. Having established that many of the European and Asian guests were firmly located under Washington's geopolitical umbrella, we seek to understand what explains the inclusion of a formally socialist power in this arrangement. In a later section, we seek to evaluate this geoeconomic arrangement in light of the fifty years that have passed since then and current trade and technological tensions between the United States and China.

Keywords: : China. USA. Development by invitation.

INTRODUÇÃO

Em Bretton Woods, enquanto a Segunda Guerra Mundial caminhava para o seu fim, foi traçada a estrutura geral de um novo padrão monetário internacional calcado no dólar. Nesse novo arranjo internacional, a moeda americana substituía a libra britânica como moeda de referência internacional. A troca de guarda no topo da hierarquia monetária respondia também a uma dinâmica geopolítica basilar, uma vez que o Reino Unido gradativamente perdia o caráter de potência incontestada do qual gozou no século XIX.

Durante a senhoriação monetária americana que dominou as décadas seguintes ao fim do conflito, ganhou terreno a prática alcunhada de “desenvolvimento a convite” (MEDEIROS, SERRANO, 1999; ARRIGHI, 1994), baseada, em linhas gerais, na facilitação da restrição externa para alguns ilustres Estados convidados, a fim de que os processos de substituição de importações, industrialização, e progresso técnico fossem por eles mais alcançáveis. Os felizardos convidados normalmente tinham suas exportações promovidas no mercado americano, o que gerava divisas em moeda forte e aliviava a pressão externa atuante sobre estes Estados. Esses fatores, evidentemente, facilitavam o desenvolvimento e a mudança estrutural para os convidados. Nas palavras de Medeiros e Serrano:

Circunstâncias especiais como a abertura unilateral do mercado americano; a manutenção de taxas de câmbio desvalorizadas favoráveis à competitividade dos aliados dentro do sistema de Bretton Woods; tolerância com políticas de proteção tarifária e não-tarifária; missões de ajuda técnica e o forte estímulo à expansão das multinacionais americanas, ajudaram a aliviar a restrição externa nestes países. Isto permitiu aos países europeus e ao Japão, rapidamente, a adoção de um regime de conversibilidade ao dólar e viabilizou uma onda de supostos ‘milagres’ nacionais de reconstrução e/ou crescimento econômico. (MEDEIROS, SERRANO, 1999, p. 133)

A lógica por detrás da seleção de determinados Estados obedecia a imperativos estratégicos e geopolíticos. A Doutrina da Contenção postulava barrar a União Soviética em suas bordas eurásianas, fazendo jus aos princípios fundantes da geopolítica anglo-saxã (KENNAN, 1947; MACKINDER, 1942; SPYKMAN, 1942). Sabidamente, tais princípios orientam a grande estratégia de Washington no sentido de valorizar a massa eurásiana como território estratégico de primeiro nível. Portanto:

[...] podemos caracterizar como ‘desenvolvimento a convite’ a estratégia americana de não apenas permitir como também em vários casos promover deliberadamente o desenvolvimento econômico de países aliados nas regiões de maior importância estratégica para o conflito com a URSS. (MEDEIROS, SERRANO, 1999, p. 133)

Sendo assim, alguns territórios-chave nesta tentativa de contenção global foram beneficiados pelo convite. Aqui, cabe uma breve consideração. Seria forçoso demais avançar a ideia de que Washington procurou garantir riqueza e desenvolvimento a todas as áreas envolvidas neste tabuleiro global, como se bastasse ser aliado americano para gozar deste “desenvolvimento geopoliticamente motivado”. Como é bem sabido, o ciclo das ditaduras latino-americanas a partir da década de 1960 foi oficialmente chancelado como esforço necessário para que se barrasse a penetração comunista na região. Essas ditaduras militares, geralmente, não foram capazes de resolver os problemas seculares latino-americanos e nem de aproximar o continente ao nível de progresso técnico e de produtividade do centro capitalista. Ou seja, alguns aliados contaram com o convite para o desenvolvimento, outros, apenas com o porrete.

Dentre essas regiões beneficiadas, se destacam os vários países da Europa Ocidental recentemente arrasados pela guerra, o Japão, a Coreia do Sul, e Taiwan. Quando analisados com o imperativo geoestratégico da contenção em mente, estes territórios revelam seu valor: a Europa Ocidental fornece a cabeça de lança que aponta para as regiões mais ricas, férteis e industrializadas da União Soviética, sem contar que são os aliados de Washington mais próximos à capital Moscou. A Coreia do Sul, Taiwan, e o Japão representam a “frente leste”, capaz de checar a União Soviética pelo seu flanco oriental.

A pergunta que orienta este artigo é: como se pode explicar a inclusão da China, uma potência socialista, neste arranjo, uma vez que ela destoa tremendamente dos demais “convidados”? Como hipótese explicativa, este trabalho avança a ideia de um “sacrifício” por parte de Washington, que estende este formato de desenvolvimento a um Estado não integralmente aliado ao seu bloco como maneira de investir contra a União Soviética. Em um segundo momento, o trabalho procura entender a herança deste convite à luz do tensionado momento atual e da reaproximação sino-russa.

O CONVITE AMERICANO À CHINA

De todos esses arranjos desenvolvimentistas com vistas à Contenção, aquele que figura como o caso mais particular é, sem dúvidas, o chinês. Evidentemente, se pensarmos

sobre a China com o intuito da Contenção em mente, podemos chegar à conclusão de que ela também é extremamente valiosa. Uma China hostil à Moscou configuraria um enorme desafio aos soviéticos, não só porque perderiam um aliado socialista importantíssimo - o que é significativo do ponto de vista da disputa retórico-ideológica que acompanhava a Guerra Fria -, mas porque ter de se preocupar com a fronteira com a China é um pesadelo estratégico. Uma China hostil tornaria vulnerável um vasto território soviético, incluindo a mineralmente rica Ásia Central e a própria ferrovia Transiberiana, essencial para a conexão militar e logística do país no sentido Leste-Oeste. A importância da reaproximação China – Estados Unidos para o Kremlin não pode ser menosprezada. Como coloca Tucker:

[...] A decisão chinesa em buscar apoio contra a ameaça soviética nos outrora inimigos em Washington confirmou que a Guerra Fria não era mais uma luta entre o comunismo e o capitalismo. A reaproximação EUA-China forçou Moscou a levar a sério a defesa de suas fronteiras asiáticas, ao mesmo tempo em que Washington, embora estivesse aumentando seu poderio militar, poderia parar de se preocupar com a ameaça chinesa. A necessidade de dedicar porções cada vez maiores do produto nacional bruto (PNB) soviético aos gastos militares intensificou as dificuldades econômicas. Para Moscou, a deterioração do padrão de vida, da infraestrutura, e mesmo da expectativa de vida impulsionaram um giro em direção à reforma e ao abandono da Guerra Fria. Assim, o conflito Sino-Soviético teve implicações sobre a balança de poder global que foram muito além das discordâncias entre Pequim e Moscou. (TUCKER, 1996, p. 503, tradução própria¹)

Sendo assim, não é de se estranhar que os americanos desejassem o *rapprochement* com a China, uma vez que esta manobra configurar-se-ia como um lance de primeiro nível dados os postulados da Guerra Fria, da Doutrina de Contenção, e da Geopolítica Clássica. Como evidenciado, o movimento americano também seria razoável do ponto de vista das dinâmicas domésticas engendradas em Moscou: mais gastos militares, menor possibilidade

¹ No original, em inglês: "The Chinese decision to seek support against the Soviet menace from their erstwhile enemies in Washington confirmed that the cold war was no longer a struggle between communism and capitalism. U.S – China rapprochement forced Moscow to take defense of its Asian border seriously at the same time as Washington, although augmenting its military prowess, could stop worrying about an Asian threat. The need to devote even larger portions of Soviet gross national product (GNP) to weapons procurement intensified economic weakness. For Moscow, deterioration of living standards, of infrastructure, and even of life expectancy necessitated a turn toward reform and abandonment of the cold war. Thus the Sino-Soviet Split had implications for the global balance of power that ranged far beyond the substance of disagreements between Moscow and Beijing." (TUCKER, 1996, p. 503).

de enquadrar os problemas internos que se acumulavam, especialmente dentro de uma economia planificada².

Porém, apesar do *rapprochement* sino-americano fazer sentido dentro do quadro mais geral da Guerra Fria e da Geopolítica da Contenção, alguns desafios se apresentavam: não é preciso muito esforço para enxergar como a China se diferenciava dos outros convidados asiáticos e europeus. As diferenças se manifestavam em três frentes principais: a conexão geopolítica a Washington, o perfil político “formal”, e a temporalidade do convite.

Em primeiro lugar, a conexão dos demais convidados em relação à Washington era muito estreita. Os americanos haviam praticamente liberado a França sozinhos e salvado o Reino Unido de uma inglória defesa aeronaval passiva de suas ilhas na Segunda Guerra, além de que a Alemanha Ocidental era praticamente uma nação feita do zero. Na Ásia, Washington pôde estabelecer uma ligação muito próxima com Tóquio e inclusive moldar sua constituição ao longo de sete anos de ocupação militar (1945 – 1952), com a única ressalva de que fosse mantida a posição do Imperador, uma espécie de medida de manutenção do orgulho nacional. Todos estes convidados citados gozavam de ligações muito próximas com os Estados Unidos, sendo muitos deles mesmo moldados por Washington após conflitos incrivelmente destrutivos que possibilitaram um incomumente alto grau de engenharia social em seus respectivos processos de reconstrução. Invariavelmente, todos estes convidados se localizavam firmemente no bloco ocidental e capitalista, formado no bojo do conflito frio com a União Soviética.

A China não poderia ser um caso mais diferente. Tendo passado por um século de humilhação que se inicia com a agressão britânica na Guerra do Ópio e termina com a expulsão dos japoneses e a ulterior vitória comunista na Guerra Civil; o Estado moderno chinês havia nascido dotado de um elevadíssimo grau de desconfiança em relação às potências ocidentais e de anti-imperialismo. A pressão pela autodeterminação nacional e pela modernização eram partes constitutivas centrais desta nova unidade política que atingia sua maturação ao fim de um duradouro e sangrento conflito civil (KARL, WANG, 1998). Não

² Para uma leitura mais técnica sobre as dificuldades de produtividade enfrentadas por Moscou a partir de meados da década de 1970, ver: SERRANO, Franklin; MAZAT, Numa – A potência vulnerável. In: CGEE, Padrões de Desenvolvimento Econômico: América Latina, Ásia e Rússia (2013).

há paralelos possíveis, por exemplo, entre o “convidado Japão” e a “convidada China”. No primeiro caso, Washington pôde gozar de um alto grau de liberdade no que se refere à manipulação da burocracia local e da Constituição. As ilhas japonesas foram militarmente ocupadas até 1952, estando sob o comando do general Douglas MacArthur. A China, por outro lado, se constituía como uma entidade política firmemente independente, modernizante, e, sobretudo, anti-imperialista.

Contribui para o entendimento da China como uma convidada politicamente mais autônoma que os demais o próprio fato de que praticamente todos eles foram enquadrados no modelo neoliberal a partir da década de 1980 sem grandes esforços. O novo *mainstream* macroeconômico postulava a liberalização de uma série de instituições e mercados, que foi atingido em virtualmente todos os convidados, com a exceção da China, que manteve um alargado arcabouço de políticas macroeconômicas interventoras e não cedeu à liberalização financeirizada característica do bloco capitalista ocidental. É virtualmente impossível encontrar o grau de intervenção chinês em outros convidados pós-1980.

Outra diferença bastante óbvia entre os demais convidados e a China era o perfil político. Os demais convidados eram nações firmemente ancoradas no campo capitalista. Os direitos de propriedade eram amplamente garantidos e a acumulação assegurada. Não havia esforço, retórico ou real, no sentido de se negar o capitalismo como modo histórico de produção e de avançar para outro sistema. Em praticamente todos os convidados, houve alargadas campanhas de perseguição aos partidos de esquerda, variando em grau de violência. Na Coreia do Sul, a ditadura de Park Chung-Hee abafou violentamente os movimentos operários e socialistas de base, enquanto que nos países europeus o acordo anticomunista foi mais tácito e, geralmente, excluiu partidos comunistas da disputa democrática regular. Aqui, fica evidente que a elevação sustentada do padrão de vida da classe trabalhadora durante o período que ficou conhecido como a “Era Dourada do Capitalismo” ajudou a descreditar os movimentos socialistas revolucionários, uma vez que a via da negociação reformista dentro do Estado capitalista parecia garantir excelentes resultados. A China, por outro lado, situava-se firmemente dentro do campo socialista. A tradição da luta revolucionária de Mao e seus colegas foi tão importante a ponto de formar uma nova conformação teórico-prática dentro do marxismo, que é justamente o maoísmo.

Além das diferenças de autonomia e de perfil político, um terceiro fator que separa o caso do convite chinês dos demais é a própria temporalidade do arranjo. A Europa Ocidental e os convidados asiáticos gozam deste tipo de arranjo no imediato pós-guerra. O Plano Marshall, que se insere no mecanismo de convite europeu, foi aprovado em 1948, três anos após o fim da Segunda Guerra. A China, pelo contrário, teve que esperar a tentativa de *rapprochement* da administração Nixon em 1972, sendo que a penetração de suas exportações no mercado americano ganha terreno mesmo na década de 1980. Há grandes diferenças temporais entre os convidados, embora a lógica geoestratégica subjacente por detrás do mecanismo seja a mesma, uma vez que o principal rival americano não havia mudado. De fato, afirmou-se que “a China foi o último dos convidados” (MEDEIROS, 1999, p. 14).

Pois bem, tendo sido estipuladas as principais características que fazem da China um caso muito idiossincrático de convite para o desenvolvimento, faz-se necessário pensarmos as razões por detrás de uma variância tão significativa no marco deste convite. Este trabalho argumenta que os americanos “sacrificam” a premissa de apenas estender o convite a regiões localizadas de maneira firme e estável dentro de seu bloco geopolítico mais amplo, como a Europa Ocidental ou o Japão. Estender o convite à China engloba, necessariamente, um risco, uma vez que, como foi explorado, Pequim era muito mais autônoma e independente do que os outros convidados.

A China entra nos anos 1970 em uma desconfortável posição na qual sofria de pouca capacidade importadora ao mesmo tempo em que necessitava importar alimentos (MEDEIROS, 1999). Desde o fim da Guerra Civil até os anos 1970 – período de Mao –, a China é bem sucedida em engendrar um inicial processo de desenvolvimento com mudança estrutural, como evidenciado pelo aumento do produto industrial (NOGUEIRA, 2019, p.34). Contudo, a produtividade agrícola é o grande desafio. Entre 1949 e 1970, a produtividade agrícola cresceu pouco mais do que a população, o que indica, evidentemente, que a ingestão calórica *per capita* havia estagnado (NOGUEIRA, 2019, p. 40). Isso impedia a liberação da mão-de-obra do campo e atuava como um gargalo para a continuidade do processo de desenvolvimento e de mudança estrutural. A turbulência da vizinhança chinesa logo após o desenlace da guerra civil motivava uma estratégia de preparo permanente para a guerra por parte da liderança maoísta, o que, por sua vez, enxergava a uniformidade produtiva entre as

províncias como uma necessidade estratégico-militar (NOGUEIRA, 2019, p. 33). Além dessas questões econômicas, a China também vinha de duas tumultuadas décadas durante as quais uma sucessão de desdobramentos políticos agitou o país: o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. Contudo, o caminhar da década de 1970 traria não somente o relaxamento do cenário geopolítico externo, mas também um refreamento das grandes turbulências políticas domésticas características dos anos 1960.

Sendo assim, a resolução do problema de restrição externa para a China parecia apontar para o desenlace do grande gargalo produtivo daquela economia à época. Se a capacidade importadora fosse ampliada (consequência do “aceite” do convite), a importação de alimentos não seria mais um problema e os planos chineses poderiam seguir com maior autonomia. Do ponto de vista geopolítico, como Kissinger aponta, se aproximar dos americanos faria eco à uma tradição de política externa de longa data dos chineses: jogar os bárbaros uns contra os outros, trocando os bárbaros de perto pelos de longe (KISSINGER, 2011, p. 196). Já da perspectiva dos americanos, como abordado anteriormente, o interesse no *rapprochement* era mais do que claro, uma vez que servia à Doutrina da Contenção e contribuía para o alienamento do principal rival estratégico à época, a União Soviética. Portanto, a década de 1970 inaugura um cenário bilateral entre China e Estados Unidos bastante oportuno no contexto do qual uma aproximação parecia ser do interesse de ambos os Estados.

Aqui, é importante lembrar que a resolução da questão agrária na economia chinesa passou também por extensivas reformas domésticas, que flexibilizaram as exigências sobre a classe camponesa. Contudo, pode-se debater o quanto o relaxamento das relações com os Estados Unidos possibilitaram tal curso de ação, uma vez que, como demonstrado, era justamente o preparo para a guerra que informava a decisão de exigir uma uniformidade produtiva entre as províncias chinesas.

Do ponto de vista técnico, não parece haver grandes diferenças entre o modelo de desenvolvimento a convite estendido aos convidados do primeiro momento e aquele estendido à China mais tarde. O fulcro da questão ainda esteve relacionado à promoção das exportações do país convidado ao mercado do “anfitrião” americano. O que é particularmente interessante no caso chinês é que o país se beneficia do enquadramento de

um convidado de outrora, o Japão. Os Acordos de Plaza (1985), ao pressionarem pela valorização da moeda japonesa em relação ao dólar, fazem com que muitas das cadeias produtivas sob a jurisdição política de Tóquio se espalhassem por outros Estados asiáticos, em um movimento conhecido na literatura como “*flying geese*”, numa alusão a pássaros que se revezam no comando de uma determinada estrutura (PALMA, 2008). Agora formalmente convidada a penetrar no mercado americano, a China é uma das nações mais beneficiadas por este movimento, uma vez que pôde, ao longo da década de 1980, preencher a atividade exportadora de muitas cadeias produtivas outrora controladas pelos japoneses (MEDEIROS, 1999, p. 16).

De fato, a abertura do mercado americano à China está por detrás da arrancada exportadora do país asiático a partir dos anos 1980. Entre 1984 e 1995, as exportações em dólares correntes da China cresceram a uma extraordinária taxa anual de 17%, comparado a um (já impressionante) crescimento anual médio de 10% do PIB (MEDEIROS, 1999, p. 10).

Sendo assim, a década de 1980 sacramenta a posição da China como mais próxima de Washington do que Moscou. Ao fim da década, o rápido colapso da União Soviética pareceu confirmar as apostas dos arquitetos da reaproximação sino-americana da década de 1970. A Geopolítica da Contenção e os arranjos de desenvolvimento a convite haviam, de maneira bem-sucedida, isolado aos soviéticos. A década de 90 é o “Paraíso na Terra” neoliberal, período durante o qual a eficiência inequívoca dos mercados e da democracia de modelo ocidental foram pressupostos sacralizados. A grande questão momentânea parecia ser quando ocorreria o ulterior desmonte do sistema político “socialista-autoritário” chinês, pergunta esta que se apoiava na ideia economicista de que as instituições democráticas liberais acompanham automaticamente o livre-mercado onde ele existir.

Como explorado anteriormente, os americanos abriram mão de um dos pressupostos centrais do modelo de desenvolvimento a convite. Tanto os Estados beneficiados da Europa Ocidental como da Ásia eram firmes aliados americanos, estando no mesmo bloco geopolítico construído das cinzas da Segunda Guerra com vistas à Guerra Fria. A China era um Estado que sinalizava desconforto dentro do bloco soviético formal, mas que não aderiria inequivocamente ao bloco ocidental, inclusive tendo desempenhado um papel no

movimento dos não-alinhados³. Sendo assim, a próxima seção explora ideias relacionadas à herança deste convite para o desenvolvimento chinês.

AS TENSÕES ATUAIS E A HERANÇA DO CONVITE

Os quase cinquenta anos que se passaram desde a viagem de Nixon em 1972 confirmaram para a China o que foi verdadeiro para todos os outros convidados: alívio da restrição externa, processo alargado de mudança estrutural, e aumento generalizado da renda per capita nacional e da produtividade. Contudo, as tensões atuais entre Estados Unidos e China, que se manifestam em várias frentes, sendo a mais notória a disputa tecnológica e comercial inaugurada pela administração Trump; parecem revelar que a China é uma “convidada rebelde”, isto é, um beneficiado do mecanismo do convite que não pôde ser efetivamente “dobrado” por Washington em um momento oportuno. Talvez, o observador poderia traçar um paralelo entre as tensões atuais e os Acordos de Plaza. Em ambas as situações, os Estados Unidos procuram conter o ímpeto exportador de um convidado: em Plaza, o Japão; hoje, a China. Se esta comparação for oportuna, é justamente a autonomia política do convidado que explica as diferenças no resultado.

Um dos pontos importantes neste assunto, tendo-se em vista o propósito deste artigo, é o crescente estreitamento das relações entre China e Rússia. O período atual é o de relacionamento mais estreito entre as duas potências, talvez desde sempre, como é frequentemente apontado (ALEXEEVA, 2020). Desde a expansão russa em direção à Sibéria e ao Leste durante o século XVII, China e Rússia mantiveram tensões regionais, principalmente ligadas às disputas fronteiriças. Na esteira dos tratados desiguais, o Império Russo anexou uma parte significativa do nordeste chinês, incluindo parte da bacia do rio Amur (Convenção de Pequim, 1860). Embora a vitória dos comunistas no conflito civil em 1949 aproximasse ideologicamente a China da União Soviética, as tensões não foram eliminadas, e muitos problemas de grande relevo vieram à tona, sendo os casos mais notáveis a recusa soviética em compartilhar os segredos da bomba atômica, o amplo processo de

³ O movimento dos não-alinhados procurava trilhar uma terceira via independente dos blocos americano e soviético. O ponto marcante deste movimento foi a Conferência de Bandung (1955).

denúncia à figura de Stalin levado a cabo por Nikita Khrushchev, e a guerra entre China e Vietnã em 1979.

Contudo, as relações bilaterais entre China e Rússia avançaram muito ao longo da década de 90, figurando como um ponto importante a construção da Organização para Cooperação de Xangai, em 1996. Em 2001, Putin e Jiang Zemin assinaram o Tratado de Amizade Sino-Russa, que legislava, entre outros itens, sobre disputas de fronteira. Este processo continuou ao longo dessas duas primeiras décadas do século XXI, acompanhado de uma maior penetração do petróleo russo no mercado energético chinês, das manufaturas chinesas no mercado russo, de grandiosos projetos conjuntos de infraestrutura, e de maior cooperação militar (ALEXEEVA, 2020).

Do ponto de vista do convite, esta reaproximação parece muito significativa. Afinal de contas, os americanos teriam facilitado as condições para o desenvolvimento chinês justamente a fim de alienar a União Soviética, apenas para que os dois países voltassem a se aproximar vinte anos mais tarde? A atual aliança sino-russa sugere, então, que o movimento americano na década de 1970 foi malogrado? Embora seja possível fazer essa leitura, é importante lembrar que a aposta dos arquitetos do *rapprochement* da década de 1970 foi confirmada pelos eventos ligados à queda da URSS. Ou seja, apesar da atual reaproximação sino-russa levantar dúvidas sobre o sucesso ‘a longo prazo’ do movimento da década de 1970, o sucesso ‘a curto prazo’ na forma do colapso soviético foi totalmente confirmado. Do ponto de vista deste trabalho, este movimento chinês de buscar a Rússia só pode ser explicado pelo seu caráter único dentro da hierarquia dos “convidados”. Como foi exposto, Pequim goza de uma autonomia política estranha aos demais convidados, mais alargada.

Na verdade, há uma série de interessantes interpretações sobre o real significado das relações sino-americanas no período decorrido entre o convite e o atual desconforto. Yannis Varoufakis, por exemplo, oferece uma chave explicativa calcada no conceito de “Mecanismo Geral para Reciclagem de Excedentes (MGRE)” (VAROUFAKIS, 2016). Para Varoufakis, EUA e China atuaram como as duas pontas de um grande mecanismo internacional que cresce ao longo do fim do século XX, ao qual ele dá o nome de “Minotauro Global”. Os déficits gêmeos americanos, fiscal e comercial, possuem estreita relação com a China. O fiscal pois são os chineses os maiores detentores de títulos da dívida pública dos Estados Unidos; o comercial

pois é com a China que os Estados Unidos registra seu maior déficit de balança comercial. O autor grego aponta, então, que a China desempenha o seu papel neste arranjo ao reinvestir os excedentes auferidos no comércio bilateral com os EUA nos títulos da dívida pública americana e no seu parque financeiro. Esse mecanismo permite a elevada capacidade importadora americana:

Os Estados Unidos começaram a importar como se não houvesse amanhã, e seu governo, a esbanjar, desimpedido de temer déficits crescentes. Enquanto os investidores estrangeiros estivessem mandando bilhões de dólares todos os dias para Wall Street, de modo completamente voluntário [...], os *déficits gêmeos* dos Estados Unidos seriam financiados e o mundo ficaria girando a esmo em seu eixo. (VAROUFAKIS, 2016, p. 135, ênfase do autor).

Para o autor grego, esse grande mecanismo de reciclagem dos excedentes estabelecido entre China e Estados Unidos surge para substituir um outro mecanismo mais antigo, que envolvia Estados Unidos, Japão e Alemanha. Neste primeiro mecanismo, ao qual o autor dá o nome de “Plano Global”, a economia americana era superavitária, uma vez que suas exportações alimentavam os processos de reconstrução das nações derrotadas na Segunda Guerra Mundial. É interessante notar como a abordagem de Varoufakis intercala com a nossa ideia de convite, uma vez que as nações envolvidas em seus mecanismos de reciclagem de excedente são todas recipientes do “convite” americano.

Portanto, segundo esta interpretação, o período decorrente entre a queda da União Soviética e as tensões atuais entre China e EUA é marcado por um sólido e estável arranjo internacional, que só é perturbado pela Crise de 2008. Ou seja, do nosso ponto de vista, o período do convite teria se desdobrado em outro período de “cooperação fundamental” entre os dois países, e não de competição. No raciocínio de Varoufakis, fica implícito que se outro MGRE for encontrado e construído, o sistema pode reencontrar sua estabilidade.

Outras interpretações, no entanto, apontam para uma imediata competição no período pós-convite. Medeiros, por exemplo, sugere que, logo após a queda da União Soviética, os EUA já tentam “repactuar” seu arranjo com a China:

A partir de 1989, [...] as relações com os EUA começam a mudar e, com elas, as condições do ‘convite’ à China. Usando o seu dominante direito de voto no Banco Mundial e no Banco de Desenvolvimento Asiático, os EUA, alegando desrespeito aos direitos humanos, bloquearam pedidos chineses de empréstimos por vários anos. Em 1995, o Japão suspendeu a concessão de auxílio à China. Desde a sua aprovação em 1980, o tratamento de nação mais favorecida (MFN) concedido pelos EUA foi renovado anualmente de forma automática. A partir de 1990, a renovação

do tratamento tem se constituído numa questão política crescentemente delicada e complexa. (MEDEIROS, 1999, p. 18).

Questões políticas e institucionais, outrora varridas para debaixo do tapete, também foram resgatadas, como aponta o autor:

Com o fim da Guerra Fria, o sucesso do desenvolvimentismo chinês passou a ser considerado como a *afirmação de um indesejável poder regional*. As características políticas e institucionais da China (o regime de partido único, sua ideologia, etc.) inteiramente desconsideradas no período anterior (*do convite*) passaram [...], a pautar, ainda que contraditoriamente, o comportamento americano. No entanto, o grau de internacionalização já alcançado pela economia chinesa tem permitido ao governo desenvolvimentista explorar as possibilidades abertas pela rivalidade oligopólica de capitais internacionais crescentemente voltados para o seu mercado interno. (MEDEIROS, 1999, p. 15, *adição nossa, ênfase nossa*)

Ou seja, segundo esta interpretação, já ao final da Guerra Fria, Washington procura conter o desenvolvimentismo chinês. O problema é que, segundo Medeiros, a economia chinesa “já havia alcançado um dado grau de internacionalização” que impossibilitava o enquadramento desejado pelos Estados Unidos. É como se os chineses houvessem aproveitado ao máximo o convite enquanto ele durou. Nesta interpretação, os anos 1990 já marcam uma década de crescente disputa, o que ajudaria a explicar a reaproximação sino-russa no mesmo período. Entre 1979 e 1991, o convite; a partir de 1991, toma corpo a disputa produtiva-tecnológica global “normal”; hoje, apenas o aprofundamento desta disputa.

Na esteira das interpretações que sugerem uma continuidade na cooperação, há ainda aqueles que apontam para a ideia de que a atual fase tensionada das relações sino-americanas representam mais uma tentativa de repactuação do que propriamente um conflito. Visentini, por exemplo, avança a noção de que a real disputa tecnológica se dá entre Estados Unidos e Alemanha, sendo que a disputa sino-americana pode ser entendida mais como uma conversa dura entre aliados:

Todavia, a ‘Guerra Comercial’ entre os EUA de Trump e a China significa mais uma disputa de renegociação entre parceiros, pois o real conflito econômico e tecnológico, muito mais complexo e multidimensional, está ocorrendo entre os Estados Unidos e a União Europeia, em particular a Alemanha. (VISENTINI, 2019, p. 14)

Ou seja, nesta linha de interpretação, o convite americano à China não só rendeu bons frutos na forma da queda da URSS como ainda inaugurou um período de cooperação que vem até hoje, sendo a aparente disputa comercial-tecnológica apenas uma conversa “mais dura” entre antigos parceiros.

Sendo assim, como demonstrado, existe uma gama de interpretações a respeito do que sucede o convite. Há leituras que salientam o aspecto da cooperação e que procuram diminuir a importância das atuais tensões, e há leituras que procuram explorar a rivalidade logo após o primeiro momento do convite. É verdade que, provavelmente, a realidade seja uma mistura dos dois sentimentos. Enquanto que a queda da URSS eliminou a necessidade de uma China convidada (e potencialmente estimulou as rivalidades sino-americanas), as relações umbilicais entre as economias americana e chinesa forçavam uma espécie de convivência. Portanto, o caráter das tensões atuais mudam conforme o peso dado a cada uma dessas dimensões.

Assim, a real herança do convite americano à China parece não estar totalmente definida. Por um lado, para os chineses, os benefícios foram claros e evidentes. O esforço exportador e o relaxamento externo atuaram de maneira benéfica sobre o processo de desenvolvimento econômico e de mudança estrutural, permitindo com que a China entre no século XXI com grandes ambições. Para os americanos, o rápido declínio soviético ao fim da década de 1980 parece confirmar a aposta dos arquitetos do *rapprochement* com a China. A incrivelmente unilateral década de 1990 só o é em função da vitória sobre Moscou. O período pós-convite, como este trabalho procurou salientar, pode ser interpretado de formas variadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste curto esforço, procurou-se demonstrar o caráter único do convite americano à China, valendo-se do conceito de “desenvolvimento a convite”, que joga luz sobre arranjos específicos estabelecidos entre os Estados Unidos e seus aliados no período posterior a Segunda Guerra Mundial. Foram exploradas as diferenças significativas entre a China e outros convidados. O trabalho avançou a ideia de que o convite americano a China representa uma espécie de “sacrifício” de Washington, a medida em que tal arranjo foi estendido a um Estado não integralmente aliado ao bloco ocidental característico da Guerra Fria. Em uma seção posterior, o trabalho procurou discutir a herança do convite, isto é, a quais desdobramentos o convite levou, e como se pode entender a atual fase tensionada entre o “convidado” e o “anfitrião”. Longe de procurar responder a uma pergunta específica, este trabalho buscou levantar algumas questões relativas ao desenvolvimento chinês e, em

especial, às relações triangulares entre China, Rússia e Estados Unidos ao longo dos últimos cinquenta anos.

REFERÊNCIAS

ALEXEEVA, Olga. La Chine et la Russie dans "la nouvelle ère" des relations bilatérales. **Les Grands Dossiers de Diplomatie**, n. 57, jul./ago., 2020.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: Contraponto, 1994.

KARL, Rebecca; WANG, Hui. **Contemporary Chinese Thought and the Question of Modernity**, 1998.

KENNAN, George (pseudônimo "Mr.X") – The Sources of Soviet Conduct. **Foreign Affairs**, v. 25, n. 4, p. 566-582, 1947. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/20030065>.

KISSINGER, Henry. **On China**. New York: The Penguin Press, 2011.

MACKINDER, Halford John. **Democratic Ideals and Reality**. Washington D.C: National Defense University Press, 1942.

MAZAT, Numa; SERRANO, Franklin – A potência vulnerável. In: **CGEE, Padrões de Desenvolvimento Econômico: América Latina, Ásia e Rússia** (2013)

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **China entre séculos XX e XXI**. 1999. Disponível em: < <https://franklinserrano.files.wordpress.com/2017/05/meheiros-1999-china-xx-e-xxi.pdf> >.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: (ORG.), José Luís Fiori. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 119-149.

NOGUEIRA, Isabela. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 27-51, 20 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.21530/ci.v14n2.2019.931>.

PALMA, José Gabriel. **Flying Geese and Waddling Ducks: the different capabilities of East Asia and Latin America to "demand-adapt" and "supply-upgrade" their export productive capacity**, in: CIMOLI, M; DOSI, G.; STIGLITZ, J. (eds.), *The Political Economy of Capabilities Accumulation: the Past and Future of Policies for Industrial Development*, Oxford University Press, 2009.

SPYKMAN, Nicholas. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

TUCKER, Nancy Bernkopf. China as a fator in the Collapse of the Soviet empire. **Political Science Quarterly**, vol. 110, n. 4, pp. 501-518, inverno 1995-1996.

VAROUFAKIS, Yannis. **O Minotauro Global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Eixos de Poder Mundial no século XXI: uma proposta analítica. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 8, n. 15, p. 9-25, jan./jun., 2019.

Dados do autor

Matheus de Freitas Cecílio

Doutorando em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tem experiência nas áreas de Desenvolvimento Econômico, Relações China-Estados Unidos e Economia Política Internacional. E-mail: freitas.cecilio@gmail.com.